

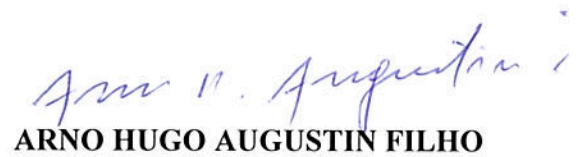
# TERMO DE ENTENDIMENTO TÉCNICO ENTRE O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E A SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL

O Estado de Mato Grosso do Sul (Estado) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda acordam os critérios, as definições e as metodologias de apuração, projeção e avaliação apresentadas a seguir, os quais serão aplicados no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) do Estado para o período 2013-2015.



ANDRÉ PUCCINELLI

Governador do Estado de Mato Grosso do Sul



ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO

Secretário do Tesouro Nacional



## I – CRITÉRIOS GERAIS

### ABRANGÊNCIA DAS RECEITAS E DESPESAS CONSIDERADAS NO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL

O Programa considera a execução orçamentária relativa às administrações direta e indireta das fontes de recursos do Tesouro do Estado (fontes tesouro), a saber:

Quadro I - 1 – Demonstrativo das fontes de recursos do Estado

Fonte de Recursos	Especificação
100	RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO
102	ADICIONAL DO ICMS-FUNDO DE COMBATE À POBREZA
103	FUNDO DE INVESTIMENTOS SOCIAIS - FIS
108	SALARIO EDUCACAO/COTA-PARTE ESTADUAL SEQE
112	CONVENIOS E OUTRAS TRANSFERENCIAS FEDERAIS
113	OPERACOES DE CREDITOS INTERNAS E EXTERNAS
115	REC. DE ALIENACAO DE BENS E DIREITOS - ADM DIRETA
117	SALARIO EDUCACAO/COTA PARTE FEDERAL - SEQF
118	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DA CIDE
120	FUNDEB – LEI FEDERAL Nº 11.494/2007
240	FUNDO DE INVESTIMENTOS ESPORTIVOS – FIE FUNDO DE INVESTIMENTOS CULTURAIS – FIC FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - FUNTUR
241	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO – FUNDERSUL

Obs: A partir de 2012, os recursos do FPE passaram da fonte 101 para a fonte 100, e os recursos do FIS passaram da fonte 250 para a fonte 103.

### REGIMES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS RECEITAS E DESPESAS

As receitas serão consideradas segundo o regime de caixa e as despesas segundo o regime de competência.

Dada a abrangência das despesas do Programa, serão considerados os cancelamentos de restos a pagar (processados e não-processados) inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, compatíveis com aqueles publicados no 2º Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – 2º bimestre).

Os cancelamentos de restos a pagar serão realizados em conformidade com a orientação prevista no Manual de Demonstrativos Fiscais - 5ª. edição, pág 253, abaixo descrita:

O cancelamento de empenhos ou de despesas inscritas em restos a pagar, mesmo não processados, é medida que requer avaliação criteriosa. A LRF não autoriza nem incentiva a quebra de contratos celebrados entre a Administração Pública e seus fornecedores e prestadores de serviços. Assim, embora seja penalizado o gestor irresponsável que deixa de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei, isto não significa que o gestor possa lesar o fornecedor de boa fé.

## **ÍNDICE DE PREÇOS**

Para todos os efeitos, o índice de preços utilizado no Programa é o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) apurado pela Fundação Getúlio Vargas. Ao se tratar de fluxos de receitas e despesas, serão utilizados índices médios anuais. No caso de estoques de dívida, os índices acumulados ao final de cada exercício.

## **II – DEFINIÇÕES UTILIZADAS NO PROGRAMA**

---

### **ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

Montante da receita proveniente da conversão em espécie de bens e direitos, decorrente de sua alienação total ou parcial, inclusive por meio de privatização.

### **AMORTIZAÇÕES DE DÍVIDA**

Despesas com o pagamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida financeira, discriminadas entre intralimite e extralimite.

As amortizações intralimite referem-se às dívidas especificadas no art. 6º da Lei nº 9.496/97, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001. As demais são consideradas extralimite.

### **ATRASOS / DEFICIÊNCIA**

Montante da diferença entre a necessidade de financiamento bruta e as fontes de financiamento (operações de crédito e alienação de ativos). Valores positivos são indicativos de insuficiência de fontes de financiamento, acarretando a necessidade de utilizar disponibilidades financeiras de exercícios anteriores ou de incorrer em postergação do pagamento de compromissos. Valores negativos indicam que a receita líquida e as fontes de financiamento foram mais do que suficientes para honrar as despesas financeiras e não financeiras. Uma vez que tais despesas são apuradas pelo regime de competência, não há correspondência plena com as disponibilidades de caixa geradas no exercício.

### **CAPITALIZAÇÃO DE FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS**

Montante das despesas correspondentes ao repasse de recursos destinados à capitalização de fundo de previdência.

### **CONTA GRÁFICA**

Montante correspondente à amortização extraordinária prevista no contrato de refinanciamento da dívida ao amparo da Lei nº 9.496/97 e seus termos aditivos.

### **DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO**

Despesas orçamentárias com pessoal ativo e inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – Parte I, Procedimentos Contábeis Orçamentários – 5ª. Edição, pág. 60)



## **DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS A MUNICÍPIOS**

Montante das despesas com transferências constitucionais e legais para Municípios, correspondente à repartição das receitas (principal e acessórias) de ICMS, IPVA, IPI-Exportação, CIDE, bem como das despesas executadas em decorrência da aplicação do disposto no §1º do art. 20 da Constituição Federal.

O montante das demais despesas com transferências a Municípios compõe as outras despesas correntes e de capital (OCC).

Para os Estados que possuem fundo de combate à pobreza, não há repartição tributária sobre as receitas previstas no § 1º do art. 82 do ADCT, da Constituição Federal.

## **DESPESAS NÃO FINANCEIRAS**

Montante das despesas orçamentárias empenhadas (equivalentes ao somatório das despesas liquidadas e restos a pagar não processados), excluídas as despesas com transferências constitucionais e legais aos Municípios, encargos e amortização de dívidas, aquisição de títulos de crédito, capitalização de fundos previdenciários e despesas para financiar o saneamento de bancos estaduais.

## **DÍVIDA FINANCEIRA**

Saldo das dívidas assumidas por meio de contrato ou de emissão de títulos, exigíveis no curto ou no longo prazo, na posição de 31 de dezembro, em que o mutuário é o Estado. São considerados também os saldos das dívidas da administração indireta honradas pelo Tesouro do Estado, independentemente de terem sido assumidas formalmente.

Difere do conceito da Lei Complementar nº 101/00 quanto à composição e à abrangência.

Para os fins do Programa não estão incluídas na dívida financeira as operações realizadas por antecipação de receitas orçamentárias (ARO), liquidadas dentro do mesmo exercício em que sejam contratadas.

## **FINANCIAMENTO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO OU REESTRUTURAÇÃO DE DÍVIDAS**

Montante correspondente à receita decorrente de operação de crédito para saneamento financeiro de empresas estatais ou reestruturação de dívidas estaduais e de sua correspondente despesa.

## **INVERSÕES**

Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – Parte I, Procedimentos Contábeis Orçamentários - 5ª. Edição, pág. 60).

## **INVESTIMENTOS**

Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – Parte I, Procedimentos Contábeis Orçamentários - 5ª. Edição pág. 60).

## **JUROS**

Montante correspondente à despesa com o pagamento de juros, comissões e outros encargos relativos à dívida financeira, discriminado entre intralimite e extralimite.

Os juros intralimite correspondem aos juros das dívidas especificadas no art. 6º da Lei nº 9.496/97, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001. As demais despesas com juros são consideradas extralimite.

Os juros extralimite são apresentados deduzidos das receitas financeiras.

## **NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO BRUTA**

Montante correspondente ao somatório dos valores da necessidade de financiamento líquida, da despesa com amortizações de dívida e da despesa com capitalização de fundos previdenciários. Valores positivos indicam necessidade adicional de recursos para manter a adimplência com esses compromissos. Valores negativos mostram que foram gerados recursos mais do que suficientes para as referidas obrigações.

## **NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO LÍQUIDA**

Montante necessário para o pagamento dos juros, após a dedução do valor apurado de resultado primário. Valores positivos indicam necessidade adicional de recursos para manter a adimplência com esses compromissos. Valores negativos mostram que foram gerados recursos suficientes tanto para o pagamento dos encargos como para o pagamento, pelo menos parcial, das amortizações.

## **OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Recursos provenientes de compromissos do Tesouro Estadual com credores situados no país ou no exterior, decorrentes de financiamentos, empréstimos ou colocação de títulos.

## **OUTRAS DESPESAS CORRENTES (ODC)**

Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa não financeira (pessoal e sentenças judiciais).

## **OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (OCC)**

Montante equivalente à diferença entre as despesas não financeiras e as despesas com pessoal.

As outras despesas correntes e de capital (OCC) são subdivididas em investimentos, inversões, sentenças judiciais e outras despesas correntes.

Inclui o montante das despesas com transferências a Municípios não consideradas como constitucionais e legais.

## **RECEITA BRUTA**

Montante das receitas orçamentárias, excluídos os valores correspondentes a receitas financeiras, operações de crédito e alienação de ativos.

## **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

Montante decorrente da diferença entre os valores das receitas correntes e da despesa com transferências constitucionais e legais a Municípios.

Difere do conceito da Lei Complementar nº 101/00 quanto à abrangência e quanto à metodologia de cálculo.



## **RECEITAS DE ARRECAÇÃO PRÓPRIA**

Montante da receita correspondente ao somatório das receitas tributárias (exceto o Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre valores pagos pelo Estado), de contribuições, patrimoniais (exceto as financeiras), agropecuárias, industriais, de serviços (exceto as financeiras), outras receitas correntes, amortizações de empréstimos e outras receitas de capital.

## **RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS**

Montante das receitas de transferências correntes e de capital acrescido do Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre valores pagos pelo Estado.

As receitas de transferências relativas ao FPE, ao IPI-Exportação e à Lei Complementar nº 87/96 consideram o valor integral sobre o qual incide a dedução para o FUNDEB.

## **RECEITAS FINANCEIRAS**

Correspondem às receitas de juros de títulos de renda, fundos de investimentos, remuneração de depósitos bancários, remuneração de depósitos especiais, remuneração de saldos de recursos não desembolsados, outras receitas de valores mobiliários e receitas de serviços financeiros.

## **RECEITA LÍQUIDA**

Receita resultante da diferença entre os montantes de receita bruta e de despesas com transferências constitucionais e legais aos Municípios.

## **RECEITA LÍQUIDA REAL**

Receita definida na Lei nº 9.496/97, no contrato de refinanciamento de dívida com a União, efetuado ao seu amparo, na Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, com redação dada pela Lei nº 11.533, de 25 de outubro de 2007, e no art. 83 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, utilizada para calcular: (a) a relação dívida financeira / RLR (meta 1 do Programa), (b) o serviço da dívida refinanciada, na eventualidade de ser observado o limite de dispêndio previsto no contrato, (c) a relação outras despesas correntes / RLR (compromisso da meta 5 do Programa), e (d) a relação despesas de investimentos / RLR (meta 6 do Programa).

A RLR corresponde ao montante da receita realizada deduzidos:

- as receitas de operações de crédito;
- as receitas de alienação de bens;
- as receitas de transferências voluntárias ou de doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital;
- as receitas de transferências de que trata o art. 83 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010;
- os recursos de que trata o art. 5º da Lei nº 10.195/01, com redação dada pela Lei nº 11.533/07;
- os recursos provenientes de repasses do Fundo Nacional de Saúde a título de Gestão Plena do Sistema Estadual de Saúde, conforme previsto no Parecer PGFN/CAF nº 1.331, de 31 de agosto de 2004; e,
- as despesas com transferências constitucionais e legais aos Municípios.



## **RECEITA ORÇAMENTÁRIA**

São classificados como receita orçamentária todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas orçamentárias e operações que, mesmo não havendo ingresso de recursos, financiam despesas orçamentárias. Não fazem parte da receita orçamentária as operações de crédito por antecipação da receita e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros, conforme art. 57 da Lei nº 4.320/64.

Os fundos estaduais compõem a execução orçamentária da receita estadual.

## **RESULTADO PRIMÁRIO**

Montante correspondente à diferença entre a receita líquida e as despesas não financeiras.

## **SENTENÇAS JUDICIAIS**

Despesas orçamentárias resultantes de:

- a) pagamento de precatórios, em cumprimento ao disposto no art. 100 e seus parágrafos da Constituição, e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias -ADCT;
- b) cumprimento de sentenças judiciais, transitadas em julgado, de empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- c) cumprimento de sentenças judiciais, transitadas em julgado, de pequeno valor, na forma definida em lei, nos termos do §3º do art. 100 da Constituição;
- d) cumprimento de decisões judiciais, proferidas em Mandados de Segurança e Medidas Cautelares; e
- e) cumprimento de outras decisões judiciais. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – Parte I, Procedimentos Contábeis Orçamentários - 5ª. Edição págs. 82-83).

## **SERVIÇO DA DÍVIDA**

Somatório dos pagamentos de juros, encargos e amortizações da dívida.

## **III – METODOLOGIA GERAL DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS**

---

### **PROJEÇÃO**

Os montantes projetados de receitas e despesas são resultantes de estimativas de responsabilidade do Estado, acordadas com a STN.

### **APURAÇÃO DOS DADOS**

Os valores de receitas e despesas, expressos a preços correntes, são extraídos de balancetes mensais do Estado, fontes tesouro, e compatibilizados com o balanço anual.

### **AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS E COMPROMISSOS**

A avaliação do cumprimento será efetuada anualmente. Os valores realizados serão apurados utilizando-se a mesma metodologia adotada para a projeção das metas e compromissos do Programa.

À exceção da meta 1, mesmo que determinados valores tenham sido projetados a partir da adoção de hipóteses e parâmetros estimativos, não haverá qualquer ajuste de metas decorrente de discrepâncias com as hipóteses e parâmetros efetivamente observados, salvo por erro material.



Logo, as metas estabelecidas a preços correntes ou percentuais de receita serão consideradas fixas.

#### **DADOS, INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS A SEREM ENCAMINHADOS PELO ESTADO**

O Estado compromete-se a encaminhar, segundo as respectivas periodicidades, os seguintes dados, informações e documentos de acordo com o modelo estabelecido no Termo de Referência das Missões Técnicas:

- Demonstrativo da Execução Orçamentária, fontes tesouro – mensalmente;
- Demonstrativo de receitas e despesas dos fundos estaduais do Estado: Fundo de Investimento Esportivo (FIE); Fundo de Investimento Cultural (FIC); Fundo de Desenvolvimento do Turismo (FUNTUR); Fundo de Desenvolvimento Rodoviário (FUNDERSUL), Fundo de Combate à Pobreza (FECOMP) e Fundo de Provisão de Recursos (FUNPROV) – mensalmente;
- Demonstrativo das transferências a Municípios, discriminando as constitucionais e legais das demais – mensalmente;
- Item 1.18.a - Demonstrativo das despesas com pessoal e encargos, fontes tesouro – anualmente;
- Quadro 1.10.a - Demonstrativo quadrimestral do saldo e anual do serviço realizado da dívida da administração direta e indireta do Estado, fontes tesouro;
- Quadro 1.10.b - Demonstrativo das variações da dívida estadual – anualmente e quadrimestralmente;
- Balanço Geral do Estado – anualmente;
- Demonstrativo das receitas e despesas, fontes tesouro (quando essa apuração não puder ser feita a partir do Balanço Geral do Estado) – anualmente; e
- Item 1.9 - Relatório sobre a Execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa) – anualmente.

#### **ASPECTOS ESPECÍFICOS**

##### **Fundos Públicos**

Os demonstrativos da execução orçamentária da receita e da despesa, inclusive para a apuração da RLR, incluirão as receitas e despesas de fundos estaduais constituídos para a condução de programas e projetos de responsabilidade do Tesouro Estadual, tais como políticas sociais, investimentos em infraestrutura econômica, incentivo ou auxílio financeiro ao setor privado.

##### **Sentenças Judiciais/Precatórios**

Conforme a Emenda Constitucional nº 62/2009, o Estado fez a opção para pagamento de precatórios de depósito mensal em conta especial de percentual fixo (1,5% da RCL mensal média dos últimos doze meses). O estoque de precatórios em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 614.124.576,95. Em 2012, o Estado efetuou despesas no montante de R\$ 117.981 mil em precatórios (critério empenhado), registrados nas seguintes contas:





3.1.9.0.91.01	SENTENCAS JUDICIAIS P/CRED. ALIMENTICIOS	209.302,31
3.1.9.0.91.04	ACORDOS JUDICIAIS	103.871,47
3.1.9.0.91.99	OUTRAS SENTENCAS JUDICIAIS	6.358,49
3.3.9.0.91.01	SENTENCAS PARA CREDITOS ALIMENTICIOS	61.051.828,37
3.3.9.0.91.05	ENCARGOS SOCIAIS	15.727,53
3.3.9.0.91.07	SENTENCAS PARA CREDITOS NAO ALIMENT.	16.607.741,90
3.3.9.0.91.09	PENSAO JUDICIAL - INDENIZACAO	1.103.257,12
3.3.9.0.91.99	DIVERSAS SENTENCAS	2.879.582,35
4.4.9.0.91.01	SENTENCAS PARA CREDITOS NAO ALIMENT.	36.003.150,43

Para os fins do Programa, as despesas com sentenças judiciais comporão um item específico, independentemente do grupo de natureza de despesas a que se vinculam.

### **Despesas não empenhadas**

A avaliação de cumprimento de metas do Programa incluirá, mesmo que não empenhadas e não pagas pelo Estado, as despesas com pessoal, serviço da dívida, transferências constitucionais e legais a municípios, transferências de recursos ao FUNDEB e sentenças judiciais, de competência do exercício.

Não obstante o que preceitua o art. 60 da Lei nº 4.320/64, serão também computadas eventuais despesas não empenhadas, mas que tenham sido pagas no exercício (despesas a regularizar).

### **Apuração do FUNDEB**

Para efeitos do Programa, inclusive para apuração da RLR, os impactos do FUNDEB sobre os fluxos de receitas e despesas obedecerão ao seguinte procedimento:

- Serão desconsideradas as rubricas de deduções da receita para o FUNDEB (contas redutoras).
- Na eventualidade de a participação do Estado no conjunto de receitas do FUNDEB (exclusive eventual complementação da União), contabilizada na rubrica 4.1.7.2.4.01.00 – Transferências de Recursos do FUNDEB, exceder, no exercício, os valores repassados ao Fundo, o montante dessa diferença comporá o valor apurado da receita realizada.
- Na eventualidade de a participação do Estado no conjunto de receitas do FUNDEB (exclusive eventual complementação da União), contabilizada na rubrica 4.1.7.2.4.01.00 – Transferências de Recursos do FUNDEB, ser inferior aos valores repassados ao FUNDEB, o montante dessa diferença comporá o valor apurado da despesa empenhada, sendo apropriada na rubrica 3.3.3.7.0.41.00 – Transferência a Instituições Multigovernamentais – Contribuições.
- Em todos os casos, a complementação da União comporá a receita realizada.
- As receitas do Fundo de Combate à Pobreza não estão incluídas na base de cálculo do FUNDEB, conforme entendimento do Estado, com base no §1º do art. 80 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 31/2000.
- O Quadro III - 1 sintetiza os procedimentos de apuração do FUNDEB, considerando o registro contábil efetuado pelo Estado.

Quadro III - 1 – Demonstrativo da apuração do FUNDEB

Contribuição (A)	Retorno (B)	Ganho/Perda (A – B)
9.1.1.1.2.05.00	1.7.2.4.01.00	Se $A > B \Rightarrow$ <b>Perda</b> – Será contabilizada como <b>Despesa</b> , discriminada como outras despesas correntes, no Anexo I - Planilha Gerencial
9.1.1.1.2.07.00		
9.1.1.1.3.02.00		Se $A < B \Rightarrow$ <b>Ganho</b> – Será contabilizado como <b>Receita</b> , discriminada como outras receitas de transferências, no Anexo I - Planilha Gerencial
9.1.7.2.1.01.01		
9.1.7.2.1.01.12		
9.1.7.2.1.36.00		

#### IV – DESCRIÇÃO DAS METAS E ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO

##### META 1 – RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL

Não ultrapassar, em cada ano, o limite superior da relação D/RLR da trajetória especificada no Programa até que a dívida financeira total do Estado (D) não seja superior à receita líquida real (RLR) anual.

A trajetória D/RLR é apresentada conforme dois limites: o inferior considera o estoque das dívidas suportadas pelo Tesouro do Estado, inclusive das que foram refinanciadas ao amparo da Lei nº 9.496/97, e os efeitos financeiros das operações de crédito em execução, na posição de 31 de dezembro de 2012; o superior acresce à dívida da trajetória inferior as receitas de operações de crédito a contratar referidas no Anexo V e os efeitos financeiros delas decorrentes.

A consideração de operações de crédito a contratar na trajetória superior do Programa não significa anuência prévia da STN, já que as referidas operações deverão ser objeto de outras avaliações específicas, especialmente no que diz respeito aos requisitos para contratação e concessão de garantia da União.

##### ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO

###### *Quanto à Dívida Financeira*

###### **Origem dos dados**

Para cada exercício, a dívida financeira a ser apurada corresponde ao saldo em 31 de dezembro.

O serviço e o saldo realizados da dívida financeira são extraídos de:

- Balancetes mensais fontes tesouro compatibilizados com o balanço anual;
- Quadro 1.10.a - Demonstrativo quadrimestral do saldo e anual do serviço realizado da dívida da administração direta e indireta do Estado, fontes tesouro;
- Quadro 1.10.b - Demonstrativo das variações da dívida estadual;
- Quadro 1.17 - Demonstrativo das Condições Contratuais das Dívidas Financeiras do Tesouro Estadual (conforme modelo estabelecido no Termo de Referência das Missões Técnicas); e
- Quadro 1.21.a - Demonstrativo das Liberações das Operações de Crédito Contratadas e a Contratar elaborado pelo Estado (conforme modelo estabelecido no Termo de Referência das Missões Técnicas).



A projeção dos saldos devedores e do serviço da dívida financeira é feita a partir das informações do quadro 1.17. A dívida financeira projetada incorpora as estimativas de receitas de operações de crédito, internas e externas, contratadas e a contratar, previstas no Anexo V do Programa, expressas em reais, a preços constantes de dezembro do exercício anterior ao da elaboração do Programa. Essas estimativas são provenientes do quadro 1.21.a.

### **Conciliações**

Os saldos devedores das dívidas na posição de dezembro do último exercício findo informados nos quadros 1.10 e 1.17 são conciliados com as informações do Balanço Geral e do RGF do 3º quadrimestre e com as informações da COAFI.

O serviço realizado informado no quadro 1.10.a é conciliado com as informações da COAFI e com os registros dos juros e das amortizações do Balanço Geral fontes tesouro.

### **Projeção**

#### Dívidas intralimite

Para as projeções das dívidas refinanciadas ao amparo das Leis nºs 8.727/93 e 9.496/97 aplica-se o que dispõe o art. 5º da Lei nº 9.496/97: *Os contratos de refinanciamento poderão estabelecer limite máximo de comprometimento da RLR para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada nos termos desta Lei.* Por essa razão, a projeção dessas dívidas baseia-se numa estimativa mensal da RLR média, a qual é obtida a partir da aplicação da sazonalidade média dos três exercícios anteriores sobre a projeção da RLR a preços correntes do Anexo III do Programa, conforme discriminado na fórmula abaixo:

**SAZONALIDADE MÉDIA DA RLR DOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES** =  $\sum (\text{RLRmês do ano 1} + \text{RLRmês do ano 2} + \text{RLRmês do ano 3}) / \sum (\text{RLRano 1} + \text{RLRano 2} + \text{RLRano 3})$

#### Especificidades da dívida referente à Lei nº 9.496/97

Em relação à dívida da Lei 9.496/97, a projeção dos juros no Programa considera o princípio da competência e é calculada sobre o saldo devedor total (incluindo os resíduos e pendências jurídicas) de cada parcela do refinanciamento (denominadas “Parcela P” e “Abertura de Crédito/Bancos”).

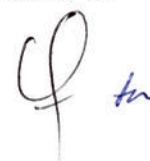
Desse modo, uma vez que o Estado utiliza o benefício do limite de comprometimento da RLR, a disponibilidade de pagamento projetada é utilizada, primeiro, para o pagamento dos juros e, havendo sobra de recursos, para a amortização do saldo devedor.

Caso a disponibilidade de pagamento projetada seja superior ao valor da prestação, e havendo resíduo acumulado de limite de comprometimento, a sobra é utilizada para amortização deste resíduo.

Os contratos de refinanciamento só prevêm a apuração de prestação relativa ao saldo do resíduo se o mesmo ainda persistir ao final dos 360 meses, devendo, então, ser refinanciado em até 120 prestações mensais e consecutivas, apuradas as parcelas de amortização e juros pela *Tabela Price*.

#### Dívidas da Administração Indireta

Para efeito de projeção do saldo devedor, compõem a dívida financeira total do Estado as seguintes dívidas de entidades da administração indireta:



Quadro IV - 1 – Dívidas formalmente assumidas pelo Tesouro Estadual

Entidade	Especificação	Saldo Devedor R\$ 1,00 dez/12
CDHU – Vencida e Vincenda	Lei nº 8.727/93	127.146.705,45
PREVISUL	Lei nº 8.727/93	90.327.987,63
<b>TOTAL</b>		<b>217.474.693,08</b>

**Ajustes na projeção para avaliação**

Para efeito de avaliação, a projeção da dívida financeira será ajustada levando-se em conta, além da correção de eventuais erros materiais, o seguinte procedimento:

- sobre a projeção do estoque das dívidas sujeitas à variação cambial, aplica-se o multiplicador correspondente à variação real do câmbio. A fórmula do multiplicador é:  $(\text{Taxa de câmbio do exercício avaliado} / \text{Taxa de câmbio do exercício base para projeção}) / (1 + \text{variação percentual do IGP-DI acumulado no período})$ . As taxas de câmbio referem-se às de fechamento, de venda no último dia útil dos respectivos exercícios; e
- sobre as receitas de operações de crédito, substituem-se os valores projetados, considerados os efeitos de eventuais redistribuições, pelos realizados, os quais são obtidos a partir do quadro 1.21.b - Demonstrativo das Liberações de Operações de Crédito em 2012, conforme modelo estabelecido em Termo de Referência das Missões Técnicas. No caso de receitas de operações de crédito externas, o valor realizado será ajustado pela variação do câmbio correspondente ao período compreendido entre a liberação e o mês de dezembro do exercício anterior ao da elaboração do Programa. No caso das operações de crédito internas, o valor realizado será deflacionado para preços constantes de dezembro do exercício anterior ao da elaboração do Programa.

Não haverá ajuste da dívida financeira decorrente de inadimplências contratuais.

**Quanto à Receita Líquida Real**

**Projeção**

Para a projeção dos três primeiros exercícios do Programa, a RLR será estimada para o período de janeiro a dezembro de cada exercício, expressa a preços de dezembro do exercício anterior ao da elaboração do Programa. Tal projeção é decorrente de estimativas de responsabilidade do Estado, acordadas com a STN. Para a projeção dos demais exercícios, será aplicada uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

**Ajustes na projeção para avaliação**

Para efeito de avaliação, a projeção da RLR será ajustada levando-se em conta, além da correção de eventuais erros materiais, os seguintes procedimentos:

- sobre o montante nominal projetado da RLR, substitui-se o IGP-DI médio anual projetado pelo realizado; e
- sobre a projeção da RLR utilizada para o cálculo do limite mensal de comprometimento do serviço da dívida, substitui-se o índice mensal projetado do IGP-DI pelo realizado.



## Apuração

A RLR apurada refere-se ao período de janeiro a dezembro de cada exercício, expressa a preços constantes do mês de dezembro do ano avaliado.

A apuração relativa à dedução de que trata o art. 5º da Lei nº 10.195/01, com redação dada pela Lei nº 11.533/07, é obtida a partir do total das receitas listadas após a aplicação dos percentuais apresentados no Quadro IV - 3:

Quadro IV - 3 – Dedução da RLR (Lei nº 11.533/07)

Base de Cálculo	Percentuais
ICMS (principal – FECOMP)	15%*75%
FPE	15%
IPI	15%*75%
Lei Kandir	15%

Em cumprimento à liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Cautelar nº 1.684-3, movida pelo Estado contra a União, a RLR é projetada e apurada desconsiderando as receitas do Fundo Estadual de Combate à Pobreza. No caso de perda de eficácia da citada liminar, serão feitos os ajustes pertinentes.

Não se aplica, para fins de projeção e apuração da RLR, a dedução relativa à Gestão Plena de Saúde, uma vez que o Estado, excepcionalmente, ainda não registra tais recursos nos demonstrativos de receitas fontes tesouro.

## Quanto à Relação Dívida Financeira / RLR

### Avaliação

A avaliação do cumprimento da meta 1 dar-se-á pela comparação entre a meta ajustada e o resultado apurado.

## META 2 – RESULTADO PRIMÁRIO

Estabelece os montantes relativos ao resultado primário, expressos a preços correntes, projetados para o triênio.

No caso de eventual frustração de alguma receita, o Estado se compromete a adotar as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou diminuição de despesas de forma a alcançar os resultados primários estabelecidos. Na eventualidade de não conseguir realizá-los, o Estado se compromete a não gerar atrasos / deficiência no ano de 2013 e a não superar, para os exercícios de 2014 e 2015, os montantes de atrasos / deficiência referidos no Anexo I do Programa.

### ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO

Para efeitos do Programa, as aquisições de títulos de crédito e capitalizações do Fundo Previdenciário não são consideradas como despesas não financeiras.

## META 3 – DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO

Estabelece a relação percentual entre os montantes projetados das despesas com pessoal e da receita corrente líquida (RCL), a qual deverá ser limitada a 60,00% em cada ano do triênio referido no Programa.

Para os fins do Programa não estão incluídas as seguintes despesas com pessoal:

- indenizações por demissão e com programas de incentivos à demissão voluntária, elemento de despesa 94 – Indenizações Trabalhistas;

- b) decorrentes de decisão judicial da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 91 – Sentenças Judiciais; e
- c) demais despesas da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores.

## ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO

### *Projeção*

A projeção das despesas com funcionalismo público deverá contemplar as doze folhas de pagamento de competência do exercício, o décimo terceiro salário e o adicional de férias.

### *Apuração*

#### **Origem dos dados**

As informações sobre a despesa com pessoal são extraídas do Demonstrativo da Execução Orçamentária, fontes tesouro, e do quadro 1.18.a - Demonstrativo das Despesas com Pessoal e Encargos, fontes tesouro (conforme modelo estabelecido no Termo de Referência das Missões Técnicas).

#### Despesa com pessoal civil do Poder Executivo (Administração Direta / Indireta) e dos Demais Poderes

A despesa com pessoal civil do Poder Executivo (administração direta – inclusive defensoria pública – e administração indireta) e dos demais poderes corresponde à soma das seguintes contas: “Contratação por tempo determinado”, “Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil” e “Outras despesas variáveis – pessoal civil”.

#### Despesa com pessoal militar

A despesa com pessoal militar da administração direta corresponde à soma das seguintes contas: “Vencimentos e vantagens fixas – pessoal militar” e “Outras despesas variáveis – pessoal militar”.

#### Despesa com Inativos e Pensionistas

A despesa com inativos e pensionistas, item “Inativos e Pensionistas” do Anexo I do Programa, corresponde ao custo do sistema previdenciário para o tesouro estadual.

O Estado institucionalizou, por meio da Lei Estadual nº 2.207, de 28 de dezembro de 2000, o regime próprio de previdência social (RPPS) de que trata a Lei nº 9.717/98. Foram abrangidos pelo novo sistema de previdência os servidores civis e militares dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, bem como a Defensoria Pública e o Ministério Público, com exceção dos ocupantes exclusivos de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de cargo eletivo, bem como de outro cargo temporário ou emprego público.

A Lei Estadual nº 4.213/2012 estabeleceu que o atual RPPS seja composto por dois planos de participantes, o primeiro sob um regime financeiro de repartição simples (Plano Financeiro) e o segundo sob um regime financeiro de capitalização (Plano Previdenciário). A data de corte estipulada (29/6/2012) determinou os servidores pertencentes ao Plano Financeiro (admitidos até a data de corte) e ao Plano Previdenciário (admitidos após a data de corte).

As despesas com aposentadorias e pensões especiais, não previdenciárias, não compõem as despesas com inativos e pensionistas. Para fins de avaliação do Programa, os valores registrados nas rubricas contábeis 3.1.90.03.01 (Pensionistas de servidores militares afastados – Sentença Judicial) e 3.1.90.03.05 (13º Salário Pensionistas de servidores militares afastados – Sentença Judicial), são reclassificados para Outras Despesas de Pessoal, em razão de os respectivos



pagamentos não serem efetuados mediante o regime próprio de previdência social (RPPS) do Estado, e sim mediante recursos do tesouro estadual, por determinação judicial.

A apuração do custo do tesouro estadual com o sistema previdenciário é feita a partir das despesas registradas nas contas de repasse do tesouro estadual para cobertura da insuficiência financeira do Plano Financeiro do RPPS (contas contábeis listadas no item V da apuração do resultado financeiro no Plano Financeiro do RPPS), cujos saldos são reclassificados para a conta 3.1.90.01.00 (Aposentadorias e Reformas).

As despesas com contribuição patronal do tesouro estadual ao Plano Previdenciário do RPPS encontram-se registradas nas seguintes contas contábeis: 3.1.91.13.17 (MS PREV patronal servidor civil – Plano Previdenciário) e 3.1.91.13.18 (MS PREV patronal servidor militar – Plano Previdenciário).

### Apuração do resultado financeiro no Plano Financeiro do RPPS

No Plano Financeiro do RPPS, a apuração do resultado financeiro, referente à execução das receitas e despesas da Unidade 130207 – Agência Estadual de Previdência (Ageprev), consideram-se as seguintes informações extraídas do Balanço Consolidado (fonte 240 – Recursos Diretamente Arrecadados):

#### (I) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (1+2+3+4+5)

1. *Contribuições Previdenciárias ao RPPS (Plano Financeiro)* – soma das seguintes rubricas contábeis:

1.2.1.0.29.01 – *Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil – FIN*

1.2.1.0.29.02 – *Contribuição Patronal de Servidor Ativo Militar – FIN*

1.2.1.0.29.03 – *Contribuição Patronal – Inativo Civil – FIN*

1.2.1.0.29.04 – *Contribuição Patronal – Inativo Militar – FIN*

1.2.1.0.29.05 – *Contribuição Patronal – Pensionista Civil – FIN*

1.2.1.0.29.06 – *Contribuição Patronal – Pensionista Militar – FIN*

1.2.1.0.29.07 – *Contribuição de Servidor Ativo Civil – FIN*

1.2.1.0.29.08 – *Contribuição de Servidor Ativo Militar – FIN*

1.2.1.0.29.09 – *Contribuição de Servidor Inativo Civil – FIN*

1.2.1.0.29.10 – *Contribuição de Servidor Inativo Militar – FIN*

1.2.1.0.29.11 – *Contribuição de Pensionista Civil – FIN*

1.2.1.0.29.12 – *Contribuição de Pensionista Militar – FIN*

1.2.1.0.29.13 – *Contribuição Previdenciária para Amortização de Déficit Atuarial – FIN*

2. *Contribuições Previdenciárias ao RPPS (Plano Financeiro) – Operações Intraorçamentárias* – soma das seguintes rubricas contábeis:

7.2.1.0.29.01 – *Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil – FIN*

7.2.1.0.29.02 – *Contribuição Patronal de Servidor Ativo Militar – FIN*

7.2.1.0.29.03 – *Contribuição Patronal de Servidor Inativo Civil – FIN*

7.2.1.0.29.04 – *Contribuição Patronal de Servidor Inativo Militar – FIN*

7.2.1.0.29.05 – *Contribuição Patronal de Pensionista Civil – FIN*

7.2.1.0.29.06 – *Contribuição Patronal de Pensionista Militar – FIN*

7.2.1.0.29.13 – *Contr. Prev. para Amortização do Déficit Atuarial*

7.2.1.0.29.15 – *Contr. Prev. Regime de Parcelamento de Débitos*

- 7.2.1.0.29.16 – *Rec. Contr. Patronal de Sentenças Judiciais*
- 7.2.1.0.29.17 – *Rec. Recol. Contr. Servidor At. Civil ref. Sentenças Judiciais*
- 7.2.1.0.29.18 – *Rec. Recol. Contr. Servidor Inat. Civil ref. Sentenças Judiciais*
- 7.2.1.0.29.19 – *Rec. Recol. Contr. Servidor Pensionista. Civil ref. Sentenças Judiciais*

3. *Receita Patrimonial*

- 1.3.1.1.00.00 – *Aluguéis*
- 1.3.2.8.10.00 – *Remuneração de Investimentos do RPPS – Renda Fixa*
- 1.3.2.8.20.00 – *Remuneração de Investimentos do RPPS – Renda Variável*

4. *Compensação Previdenciária entre o RGPS e o RPPS*

- 1.9.2.2.10.00 – *Compensação Financeira entre Regime Geral e RPPS*
- 1.9.2.2.02.00 – *Restituições de Benefícios Não Reembolsados*
- 1.9.2.2.07.00 – *Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores*
- 1.9.2.2.99.00 – *Outras Restituições*

5. *Outras Receitas Previdenciárias*

- 1.9.1.2.99.00 – *Multas, Juros de Mora de Outras Contribuições*
- 1.9.9.0.99.00 – *Outras Receitas*
- 7.9.9.0.99.00 – *Outros Aportes para o RPPS*

(II) *DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (soma das seguintes rubricas contábeis):*

- 3.1.9.0.01.00 – *Aposentadorias e Reformas*
- 3.1.9.0.03.00 – *Pensões*
- 3.1.9.0.05.00 – *Outros Benefícios Previdenciários*
- 3.1.9.0.09.00 – *Salário Família*
- 3.1.9.0.11.00 – *Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil*
- 3.1.9.0.13.00 – *Obrigações Patronais*
- 3.3.9.0.14.00 – *Diárias – Pessoal Civil*
- 3.1.9.0.16.00 – *Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil*
- 3.3.9.0.30.00 – *Material de Consumo*
- 3.3.9.0.33.00 – *Passagens e Despesas com Locomoção*
- 3.3.9.0.36.00 – *Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física*
- 3.3.9.0.37.00 – *Locação de Mão-de-Obra*
- 3.3.9.0.39.00 – *Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica*
- 3.3.9.0.92.00 – *Despesas de Exercícios Anteriores*
- 3.3.9.0.93.00 – *Indenizações e Restituições*
- 3.1.9.0.94.00 – *Indenizações e Restituições Trabalhistas*
- 3.1.9.1.13.00 – *Obrigações Patronais*
- 3.3.9.1.30.00 – *Material de Consumo*
- 3.3.9.1.39.00 – *Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica*
- 4.4.9.0.52.00 – *Equipamentos e Material Permanente*
- 4.5.9.0.61.00 – *Aquisição de Imóveis*





(III) RESULTADO = (I) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – (II) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Eventual resultado financeiro superavitário não será considerado para fins do Programa.

O registro do repasse do tesouro estadual para a cobertura da insuficiência financeira do RPPS é contabilizado nas seguintes contas contábeis:

- Contabilização da cobertura da insuficiência financeira no RPPS (Fonte 240 – Ageprev)

(IV) RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

*7.2.1.0.29.00 – Contribuição Previdenciária do RPPS – Intraorçamentária*

- Contabilização da cobertura da insuficiência financeira no Tesouro Estadual (Fonte 100 – Recursos do Tesouro)

(V) REPASSES PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DO RPPS

*3.1.9.1.13.26 – Contribuição MS PREV – Art. 117, Lei nº 3.150 de 22/12/2005*

*3.3.9.1.97.25 – Contribuição MS PREV – Art. 122, Lei nº 3.150 de 22/12/2005*

*3.1.9.1.92.26 – Contribuição MS PREV – Art. 117, Lei nº 3.150 de 22/12/2005*

*3.3.9.1.47.28 – Contribuição MS PREV – Alienação de Bens*

*3.3.9.1.92.97 – Contribuição MS PREV – Art. 122, Lei nº 3.150 de 22/12/2005*

*3.3.9.1.97.84 – Outros Poderes*

Como o registro dos recursos para cobertura de insuficiência financeira é feito pelo regime de competência no tesouro estadual e pelo regime de caixa no Fundo Financeiro, esses valores diferem dentro de um exercício específico, mas se contrabalançam ao longo do tempo.

Os itens (IV) e (V) podem divergir em virtude da abrangência de fontes de recursos, do regime de contabilização e da influência de restos a pagar. O item (IV) é apurado mediante a receita da fonte de recursos 240 da Agência Estadual de Previdência (Ageprev). Essa receita é registrada pelo critério caixa e, por essa razão, pode eventualmente corresponder, na Ageprev, a despesas de aportes realizados pelo Tesouro e Poderes em exercícios anteriores e inscritos em restos a pagar processados ou não processados. Nessa apuração são consideradas as receitas decorrentes de aportes provenientes de todas as fontes de recursos do Estado, e não apenas as apuradas pelo Programa.

Por outro lado, na apuração do item (V) acima são considerados os aportes de recursos para cobertura do déficit previdenciário previsto nos artigos 117 e 122 da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005, realizados pelo Tesouro e Poderes para o RPPS. Essas despesas são consolidadas no Anexo I (Planilha Gerencial do Programa), sob a denominação “Inativos e Pensionistas”, pelo critério empenhado (despesas liquidadas ao longo do exercício + restos a pagar não processados). Nessa apuração são consideradas as fontes de recursos Programa (fontes 100 a 120 e fundos estaduais FIS, Fundersul, Funtur, FIC e FIE).

## Apuração de resultado financeiro no Plano Previdenciário do RPPS

O resultado financeiro do Plano Previdenciário será apurado pela execução das receitas e despesas da UG 130207 – Agência Estadual de Previdência (Ageprev), por meio de rubricas contábeis específicas, extraídas do Balanço Consolidado (fonte 240 – Recursos Diretamente Arrecadados):

### (I) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (1+2+3+4+5)

#### 1. Contribuições Previdenciárias ao RPPS – soma das seguintes rubricas contábeis:

- 1.2.1.0.30.00 – Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil – PREV
- 1.2.1.0.31.00 – Contribuição Patronal de Servidor Ativo Militar – PREV
- 1.2.1.0.32.00 – Contribuição Patronal – Inativo Civil – PREV
- 1.2.1.0.33.00 – Contribuição Patronal – Inativo Militar – PREV
- 1.2.1.0.34.00 – Contribuição Patronal – Pensionista Civil – PREV
- 1.2.1.0.35.00 – Contribuição Patronal – Pensionista Militar – PREV
- 1.2.1.0.36.00 – Contribuição de Servidor Ativo Civil – PREV
- 1.2.1.0.37.00 – Contribuição de Servidor Ativo Militar – PREV
- 1.2.1.0.38.00 – Contribuição de Servidor Inativo Civil – PREV
- 1.2.1.0.39.00 – Contribuição de Servidor Inativo Militar – PREV
- 1.2.1.0.40.00 – Contribuição de Pensionista Civil – PREV
- 1.2.1.0.41.00 – Contribuição de Pensionista Militar – PREV

#### 2. Contribuições Previdenciárias ao RPPS - Operações Intraorçamentárias – soma das seguintes rubricas contábeis:

- 7.2.1.0.29.20 – Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil – PREV
- 7.2.1.0.29.21 – Contribuição Patronal de Servidor Ativo Militar – PREV
- 7.2.1.0.29.22 – Contribuição Patronal de Servidor Inativo Civil – PREV
- 7.2.1.0.29.23 – Contribuição Patronal de Servidor Inativo Militar – PREV
- 7.2.1.0.29.24 – Contribuição Patronal de Pensionista Civil – PREV
- 7.2.1.0.29.25 – Contribuição Patronal de Pensionista Militar – PREV

#### 3. Receita Patrimonial

- 1.3.1.1.0.0.00 – Aluguéis
- 1.3.2.8.10.00 – Remuneração de Investimentos do RPPS – Renda Fixa
- 1.3.2.8.20.00 – Remuneração de Investimentos do RPPS – Renda Variável
- 1.3.2.8.30.00 – Remuneração de investimentos do RPPS Fundos Mob
- 1.3.2.9.00.00 – Outras Receitas de Valores Mobiliarios

#### 4. Compensação Previdenciária entre o RGPS e o RPPS

- 1.9.2.2.10.00 – Compensação Financeira entre Regime Geral e RPPS
- 1.9.2.2.02.00 – Restituições de Benefícios Não Reembolsados
- 1.9.2.2.07.00 – Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores
- 1.9.2.2.99.00 – Outras Restituições

#### 5. Outras Receitas Previdenciárias

- 1.9.1.2.99.00 – Multas, Juros de Mora de Outras Contribuições



ten



4.1.9.9.0.99.00 – Outras Receitas

4.7.9.9.0.99.00 – Outras Receitas

(II) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (soma das seguintes rubricas contábeis):

3.1.9.0.01.00 – Aposentadorias e Reformas

3.1.9.0.03.00 – Pensões

3.1.9.0.05.00 – Outros Benefícios Previdenciários

3.1.9.0.09.00 – Salário Família

3.1.9.0.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

3.1.9.0.13.00 – Obrigações Patronais

3.1.9.0.16.00 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil

3.3.9.0.14.00 – Diárias – Pessoal Civil

3.3.9.0.30.00 – Material de Consumo

3.3.9.0.33.00 – Passagens e Despesas com Locomoção

3.3.9.0.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

3.3.9.0.37.00 – Locação de Mão-de-Obra

3.3.9.0.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

3.3.9.0.92.00 – Despesas de Exercícios Anteriores

3.3.9.0.93.00 – Indenizações e Restituições

3.1.9.0.94.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas

3.1.9.1.13.00 – Obrigações Patronais

3.3.9.1.30.00 – Material de Consumo

3.3.9.1.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

4.4.9.0.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

4.5.9.0.61.00 – Aquisição de Imóveis

(III) RESULTADO = (I) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – (II) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Eventual resultado financeiro superavitário não será considerado para fins do Programa.

### **Outras Despesas com Pessoal**

As outras despesas devem corresponder à soma das demais rubricas de despesas com pessoal contabilizadas no grupo 1 (3.1.00.00.00) excetuadas: despesas de exercícios anteriores, sentenças judiciais e indenizações e restituições trabalhistas.

As despesas com obrigações patronais e as despesas com aposentadorias e pensões especiais, de natureza não previdenciária, compõem as outras despesas com pessoal.

Não devem ser consideradas, no cálculo da despesa bruta com pessoal, as espécies indenizatórias, tais como ajuda de custo, diárias, auxílio-transporte, auxílio-moradia e auxílio-alimentação. As despesas indenizatórias são aquelas cujo recebimento possui caráter eventual e transitório, em que o Poder Público é obrigado a oferecer contraprestação por despesas extraordinárias não abrangidas pela remuneração mensal e realizadas no interesse do serviço, razão pela qual as indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito. (Manual de Demonstrativos Fiscais – 5ª. Edição, pg. 529)

As entidades da administração indireta que recebem recursos fontes tesouro para cobrir, total ou parcialmente, suas despesas com pessoal são:

a. Autarquias

AGEPAN	Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos
AGIOSUL	Agência Estadual de Imprensa Oficial
AGESUL	Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos
IAGRO	Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal
AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
IMASUL	Instituto de Meio Ambiente de MS
AGEPEN	Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário
AGEHAB	Agência de Habitação Popular do Estado de MS

b. Fundações Públicas

FERTEL	Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas de Rádio e TV
FCMS	Fundação de Cultura de MS
FUNDESORTE	Fundação de Desporto e Lazer
FUNDTUR	Fundação de Turismo de MS
FUNDECT	Fundação de Apoio ao Desenv. de Ensino, Ciência e Tecnol.
FUNTRAB	Fundação do Trabalho de MS
FUNSAU	Fundação Serviços de Saúde de MS
UEMS	Fundação Universidade Estadual de MS

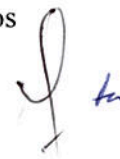
Na projeção das despesas com pessoal da administração indireta, foram retiradas as despesas que atualmente estão sendo custeadas com recursos próprios da indireta. A esse respeito, cumpre assinalar que o Estado aloca parte do superávit financeiro de entidades da administração indireta para o FUNPROV (fonte de recursos 240) o qual, por sua vez, é destinado ao pagamento de despesas de pessoal de entidades deficitárias, pagamento anteriormente coberto por recursos da fonte Tesouro. Em 2012, as seguintes entidades da administração indireta tiveram suas despesas com pessoal parcial ou totalmente custeadas com recursos do FUNPROV: FERTEL, FCMS, FUNDESORTE, AGIOSUL, AGESUL, FUNDTUR, AGRAER, AGEPEN e AGEHAB.

**Receita Corrente Líquida (RCL)**

A RCL refere-se ao período de janeiro a dezembro de cada exercício, expressa a preços correntes. A projeção de receitas e despesas com transferências constitucionais e legais a municípios é de responsabilidade do Estado, acordada com a STN.

**META 4 – RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA**

Estabelece os montantes anuais projetados das receitas de arrecadação própria, a preços correntes, para o triênio referido no Programa.





### **ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO**

Para efeitos do Programa, a receita do Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre valores pagos pelo Estado será considerada como receita de transferências.

### **META 5 – REFORMA DO ESTADO, AJUSTE PATRIMONIAL E ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

Estabelece compromissos anuais em termos de medidas ou reformas de natureza administrativa e patrimonial, que resultem em modernização, aumento da transparência e da capacidade de monitoramento de riscos fiscais, melhoria da qualidade do gasto e racionalização ou limitação de despesas.

### **ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO**

O compromisso referente ao Relatório do Programa será avaliado conforme os critérios de elaboração estabelecidos no Termo de Referência.

As receitas de alienação de ativos são apresentadas deduzidas das despesas de inversões financeiras relativas à aquisição de títulos de crédito.

Apesar de haver previsão de alienação de ativos para o triênio, esses valores não compõem a meta, que ficou restrita a compromissos.

As receitas de alienações de ativos projetadas para 2013 e 2014 (cerca de R\$ 12 milhões) decorrem da alienação eventual de bens imóveis (próprios do Estado) e de leilões de bens ociosos, inservíveis, obsoletos ou antieconômicos, cujo objeto de arrecadação é apropriado na administração direta (fonte 115).

### **META 6 – DESPESAS DE INVESTIMENTOS / RECEITA LÍQUIDA REAL**

Estabelece os limites para a realização de despesas de investimentos, expressos como relação percentual da RLR a preços correntes, para os exercícios projetados no Programa.

### **ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO**

Aplicam-se os critérios metodológicos de projeção, apuração e avaliação, mencionados na meta 1, subitem “Quanto à Receita Líquida Real”, exceto que a RLR também é expressa a preços correntes.

## **V – DESCRIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE INCLUSÃO E MANUTENÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO A CONTRATAR CONSTANTES DO ANEXO V NA REVISÃO DO PROGRAMA**

A consideração na trajetória superior das operações a contratar incluídas e mantidas no Anexo V do Programa indica que elas não ferem o § 5º do art. 3º da Lei nº 9.496/97. Entretanto, tais operações serão objeto de outras avaliações específicas, especialmente no que diz respeito aos requisitos para contratação e concessão de garantia da União.

As condições descritas a seguir devem ser observadas para as operações de crédito a contratar incluídas e mantidas nesta revisão do Programa:

- a) atingir valores anuais de RLR que garantam a realização do pagamento do serviço das dívidas que se beneficiam do limite de comprometimento, de forma consistente com as projeções que embasaram a trajetória D/RLR ora acordada, nos termos da atual regra de cálculo. Para tanto, independentemente dos ajustes anteriormente descritos para fins de verificação do cumprimento da meta D/RLR, o Estado deverá alcançar valores de RLR a preços de dezembro de 2012, em 2013, 2014 e 2015 conforme coluna (D) do Quadro V-1:

Quadro V-1 – Valores anuais da RLR a preços constantes

R\$ milhões

ANO	RLR nominal (A)	IGP-DI dezembro (B)	IGP-DI médio (C)	RLR dezembro de 2012 (D)=(A)/(C)*(B)	% de crescimento real (E)
2012	5.383	503,283	-	5.575	-
2013	5.775	-	516,449	5.628	0,95%
2014	6.179	-	547,044	5.685	1,01%
2015	6.650	-	574,396	5.827	2,49%

Nota: A RLR detalhada na coluna “D” foi calculada tomando como base as projeções do IGP-DI médio e da RLR nominal acima indicadas. Contudo, a realização do índice em valores discrepantes não implicará ajuste das RLR’s a preços de dezembro de 2012 acordadas.

- b) manter-se adimplente em relação ao cumprimento das metas do Programa, conforme o art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003;
- c) elevar ou, no mínimo, manter os valores da RLR a preços constantes negociados nesta revisão, nas revisões posteriores do Programa, sob pena de inviabilizar a contratação das operações incluídas; e
- d) não assumir dívidas da Administração Direta ou Indireta pelo Tesouro Estadual além do previsto.

O descumprimento das condições acima citadas tornará sem efeito a inclusão e manutenção das operações de crédito não contratadas. Nesses casos, por ocasião da revisão do Programa poderá haver nova análise de inclusão dessas operações, a critério da STN, por solicitação do Estado.

Até a contratação das referidas operações de crédito, as condições acima serão avaliadas:

- Quadrimestralmente – item “d”; e
- Anualmente – demais itens.

## VI – DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO A CONTRATAR

### *Atualização Anual*

Independentemente de haver revisão do Programa, o limite a contratar, em reais, para o montante das operações de crédito, internas e externas, cujos pleitos **não tenham sido protocolados** perante a STN<sup>1</sup> até 31 de dezembro do ano anterior, será atualizado e ajustado anualmente pela variação do IGP-DI, após a divulgação do referido índice.

O ajuste das operações de crédito orientar-se-á conforme os seguintes critérios:

- a) para as operações internas: buscar-se-á manter os valores nominais anteriormente previstos no Anexo V desta revisão do Programa; e
- b) para as operações externas: buscar-se-á adequar os valores nominais aos correspondentes em moeda estrangeira, observando os valores recomendados pela COFIEIX ou os previstos no Anexo V desta revisão do Programa.

Caso um pleito resulte na verificação de que o Estado não cumpre os limites e condições necessários à contratação, ou em caso de desistência formalizada, o saldo da operação de crédito correspondente receberá o mesmo tratamento das operações não protocoladas.

<sup>1</sup> Referem-se aos pleitos para contratação de operações de crédito (verificação de limites e de condições) previstos nas Resoluções nºs 40 e 43 do Senado Federal, ambas de 2001.



### ***Atualização na Revisão do Programa***

Por ocasião da revisão do Programa, o limite a contratar, em reais, para o montante das operações de crédito, internas e externas, **não contratadas** até 31 de dezembro do ano anterior, será atualizado pelo IGP-DI para a posição de 31 de dezembro do ano anterior, sendo permitida a redistribuição dos montantes decorrentes dessa atualização. As operações contratadas até 31 de dezembro do ano anterior serão excluídas do limite global a contratar pelo valor previsto no Anexo V.

### ***Redistribuição das operações de crédito a contratar***

Excepcionalmente, o Estado poderá manifestar-se formalmente solicitando a redistribuição das operações de crédito a contratar, observado limite global a contratar do Anexo V. Os saldos das operações cujos pleitos tenham sido protocolados perante a STN não poderão ser redistribuídos, salvo pedido formal de desistência encaminhado pelo Estado.

### ***Verificação de limites e condições***

Para fins de instrução de pleitos perante a STN, serão considerados os seguintes critérios:

- a) a proposta firme deverá apresentar especificações compatíveis, inclusive quanto à denominação, com as estimativas constantes no Anexo V – Demonstrativo das Operações de Crédito – Discriminação, Montantes Totais e Estimativa das Condições Contratuais;
- b) para as operações de crédito internas:
  - i. o montante a contratar será autorizado até o valor previsto no Anexo V do Programa na posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da assinatura do Programa; e
  - ii. no caso de pleito apresentado em ano subsequente ao da assinatura do Programa, o montante a contratar será autorizado até o valor atualizado pelo IGP-DI para a posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da análise do pleito.
- c) para as operações de crédito externas:
  - i. o montante a contratar será autorizado até o valor convertido para a moeda estrangeira, pela cotação de venda na posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da assinatura do Programa; e
  - ii. no caso de pleito apresentado em ano subsequente ao da assinatura do Programa, o montante a contratar, após atualização pelo IGP-DI para a posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da análise do pleito, será autorizado até o valor convertido para a moeda estrangeira pela cotação de venda na posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da referida análise.

O valor do financiamento previsto nas cartas-consulta submetidas à COFIEEX deve guardar consonância com aquele previsto no Anexo V do Programa. Em caso de divergência, o Estado deverá adequar o montante da operação de crédito ao do Anexo V do Programa ou, alternativamente, redistribuir o valor da operação de crédito a contratar, conforme critérios definidos anteriormente.

### ***Apuração do novo limite a contratar***

Esta revisão do Programa estabeleceu como novo limite de contratação o montante de R\$ 1.179.244 mil, de acordo com os cálculos apresentados no Quadro VI-1:

Quadro VI-1 – Demonstrativo do novo limite a contratar.

Item	Descrição da Origem do Saldo	Valor (R\$ mil)	Operação
A	Limite a contratar previsto na 11ª revisão do Programa	1.090.916	-
B	Operações contratadas em 2012	0	-
C	Saldo do limite a contratar na posição de 31/12/2011	1.090.916	C=A-B
D	Atualização monetária do limite a contratar (*)	88.328	D=CxIGP-DI
E	Saldo do limite a contratar na posição de 31/12/2012	1.179.244	E=C+D
F	Acréscimo ao limite a contratar	0	-
G	Novo limite a contratar	1.179.244	E+F

(\*) Fator de Atualização IGP-DI = (IGP-DI (dez/2012) ÷ IGP-DI (dez/2011)) - 1 ⇔ (503,283 ÷ 465,586) - 1 = 0,08096678164721 (variação positiva de 8,10% entre dez/2011 e dez/2012).

As operações de crédito a contratar, que estavam previstas na 11ª revisão do Programa, mas que não foram contratadas durante a sua vigência, tiveram seus valores reposicionados, conforme o Quadro VI-2.

Quadro VI-2 – Operações de crédito não contratadas em 2012

Denominação (*)	Valores em R\$ mil				
	Valor (dez/2011) (A)	Valor (dez/2012) (B)	Diferença (C)=(B)-(A)	Valor desta Revisão (D)	Diferença (E)=(D)-(B)
<b>Operações não protocoladas até dezembro de 2012</b>					
PADR-MS (**)	733.500	792.889	59.389	733.500	(59.389)
<b>Sub-total (I)</b>	733.500	792.889	59.389	733.500	(59.389)
<b>Operações protocoladas até dezembro de 2012</b>					
PADR-MS II	357.416	386.355	28.939	357.416	(28.939)
<b>Sub-total (II)</b>	357.416	386.355	28.939	357.416	(28.939)
<b>Total (III)=(I)+(II)</b>	1.090.916	1.179.244	88.328	1.090.916	(88.328)

(\*) Operações previstas no Anexo V do Programa, conforme atualização realizada por intermédio do Ofício STN/COREM nº 59/2013, de 30 de janeiro de 2013.

(\*\*) Para a 12ª revisão do Programa (2013-2015), esta operação foi subdividida em duas operações: PROG. APOIO DESENV. REG. EST. MS – PADR-MS SUBCRÉDITO A (R\$ 663.300 mil); e PROG. APOIO DESENV. REG. EST. MS – PADR-MS SUBCRÉDITO B (R\$ 70.200 mil).

A diferença observada na coluna E do Quadro VI-2 permitiu a inclusão no Anexo V de uma nova operação de crédito, no valor total de R\$ 88.328 mil. O Quadro VI-3 detalha a operação incluída.

Quadro VI-3 – Operação de crédito incluída por substituição no Anexo V

Projetos / Programas	Entidade Financeira	Valor (R\$ mil dez/12)
PROG. APOIO DESENV. REG. EST. MS III – PADR-MS III (***)	BNDES	88.328
<b>TOTAL</b>	-	<b>88.328</b>

(\*\*\*) Operação originária do saldo a especificar gerado na atualização anual das operações de crédito pelo IGP-DI.

O Quadro VI-4 apresenta todas as operações de crédito a contratar previstas no Programa relativo ao triênio 2013-2015.

Quadro VI-4 – Discriminação das operações de crédito a contratar da 12ª revisão

Projetos / Programas	Entidade Financeira	Valor (R\$ mil dez/12)
PROG. APOIO DESENV. REG. EST. MS – PADR-MS SUBCRÉDITO A	BNDES	663.300
PROG. APOIO DESENV. REG. EST. MS – PADR-MS SUBCRÉDITO B	BNDES	70.200
PROG. APOIO DESENV. REG. EST. MS II – PADR-MS II	BNDES	357.416
PROG. APOIO DESENV. REG. EST. MS III – PADR-MS III	BNDES	88.328
<b>TOTAL</b>	-	<b>1.179.244</b>